

Mandato: PMDB decide hoje

Covas vai defender quatro anos na reunião da bancada

A bancada do PMDB na Constituinte reúne-se hoje às 18h30 para tomar posição sobre a duração do mandato presidencial. O líder da bancada, Mário Covas, anunciou que fará a defesa dos quatro anos. Após a reunião, o presidente Sarney, que propôs ontem a duração de seu mandato em cinco anos, saberá se ainda pode contar com o apoio dos peemedebistas.

Chamado a definir a tendência em seu partido sobre a duração do mandato de Sarney, o líder do PMDB, na Câmara Luiz Henrique, disse ontem que, há uma semana, a maioria se inclinava pelos quatro anos. "Hoje, já não posso dizer que o ambiente seja o mesmo", dizia o deputado catarinense, admitindo crescimento do número dos que defendem cinco anos.

POSIÇÃO

O líder Luiz Henrique admitiu que a bancada do PMDB deverá definir hoje uma posição clara não apenas a respeito da duração do mandato, como da forma de governo. Por isso mesmo, ele deixou claro que as emendas apresentadas domingo pelo deputado Maurílio Ferreira Lima, aceitando o presidencialismo mitigado, não representam uma posição do partido.

— Vamos conhecer a posição do PMDB sobre forma de governo e duração do mandato depois da votação de hoje na bancada do partido na Constituinte. Não se pode dizer que as emendas do Maurílio são a posição do PMDB, disse Luiz Henrique.

TEMPO

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, reafirmou, ontem à tarde, sua posição favorável ao mandato de quatro anos, argumentando que este é o tempo que julga necessário para que se complete o processo de transição. Segundo Covas, a transição só se completa-

rá efetivamente com a promulgação da nova Constituição e a eleição direta do futuro presidente da República.

— Mas, não se pode dizer que o mandato do presidente Sarney não seja legítimo. Acho-o legítimo como legítimo o era o do presidente Tancredo Neves. Só julgo que o mandato deve ser de quatro anos porque este é o tempo que deve ter a transição, afirmou.

Mário Covas confirmou que vai fazer um pronunciamento na abertura da reunião da bancada do PMDB na Constituinte para encaminhar a votação entre os seus companheiros a respeito dos dois temas: duração do mandato e formas de governo. Os líderes do PMDB no Senado e na Câmara, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique, também deverão usar da palavra.

CEDULAS

Além da cédula sobre forma de governo, Covas deve distribuir, na reunião das 18h30 de hoje, diferentes cedulas — com quatro, cinco e seis anos de mandato. A ideia é apurar uma definição clara da bancada através de votação — para que sua posição fique bem clara. Quanto ao pronunciamento de ontem de Sarney, todos, de Covas a Luiz Henrique, achavam que, diante da reunião da bancada, o Presidente queria deixar clara sua posição.

O deputado Prisco Viana, apontado como um dos confidentes políticos de Sarney, lembrava ontem que, há cerca de 10 dias, previra para vários jornalistas que o Presidente estava prestes a adotar uma posição ofensiva, deixando a defensiva em que se situava.

— Não diziam que o Presidente não fazia opções? Pois ele resolveu partir para a ofensiva a fim de que não pairassem dúvidas a respeito de sua posição, dizia Prisco.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, utilizava algumas salas das comissões da Constituinte para conversar com vários parlamentares a fim de convencê-los sobre a necessidade de uma negociação em torno da fixação de um mandato de cinco anos para o atual presidente da República e os seus sucessores.

ARTICULAÇÃO

Ajudavam o líder do Governo nesse trabalho de articulação alguns coordenadores de bancadas, entre os quais Expedito Machado, do Ceará, e Marcos Lima, de Minas Gerais. O próprio Sant'Anna não fazia segredo de que o objetivo é mesmo negociar um mandato de cinco anos para o atual presidente da República.

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, vem defendendo o mandato de cinco anos, seja nas reuniões privadas que promove em sua residência, seja em contactos com jornalistas. Aos seus companheiros de partido, Ulysses afirmava que a eleição conveniente seria em 1989.

NEGOCIAÇÃO

O senador José Richa, uma das mais importantes lideranças do PMDB, defendeu negociação em torno de um mandato de cinco anos para o atual Presidente, argumentando que, se a eleição fosse marcada para 88, a campanha sucessória seria deflagrada imediatamente o que perturbaria os trabalhos da Constituinte.

Richa considera "examinável" a proposta de presidencialismo mitigado formulada pelo jurista Miguel Reale Júnior em reunião, na manhã de domingo, em casa de Ulysses Guimarães — e apresentada em forma de emendas, no próprio domingo, pelo deputado Maurílio Ferreira Lima, coordenador da bancada de Pernambuco.



Luiz Henrique: bancada tende para os 5 anos

Fogaça admite rever mandato de quatro anos

As diferentes posições existentes na Constituinte a respeito do mandato do presidente Sarney já se delinearam claramente, na forma de emendas ao anteprojeto José Fogaça na Subcomissão do Poder Executivo. O relator permanece favorável ao período de quatro anos definido em seu parecer, mas admitiu ontem que submeterá o assunto à votação e, se for o caso, alterará a proposta para incorporar a decisão da maioria.

Além do projeto do senador gaúcho, que representa a posição do grupo Mário Covas, há três emendas significativas: do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), que teria sido elaborada no Palácio do Planalto e define um mandato de cinco anos para Sarney; do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), com o aval de Ulysses Guimarães, cuja redação equivocada manteve os quatro anos do parecer de Fogaça; e, finalmente, do líder governista Carlos Sant'Anna, no que parece ser um recurso para futuras negociações, preservando o atual período de seis anos.

PROPOSTAS

Pelo substitutivo do deputado Expedito Machado, atribuído ao consultor-geral da República, Saulo Ramos, o País terá um sistema híbrido de governo. Só que o presidente da República manterá várias de suas atuais atribuições, inclusive a de escolher pessoalmente, sem consulta ou referendo do Congresso, os ministros militares, o chefe do EMFA, do Gabinete Civil, do SNI, o consultor e o

procurador-geral da República.

A emenda do deputado cearense define um mandato de cinco anos para os presidentes da República. Não faz referência específica ao atual período de governo mas, tratando-se de um substitutivo, sua aprovação prejudicaria todo o parecer de Fogaça e estenderia a Sarney este dispositivo.

Já o conjunto de sete emendas apresentadas pelo deputado Maurílio Ferreira Lima em nome da corrente ulyssista do PMDB, omite-se totalmente em relação ao atual mandato presidencial. O jurista Miguel Reale, redator da proposta, limitou-se a fixar em cinco anos os mandatos dos futuros presidentes — não alterou as disposições transitórias do projeto de Fogaça, que neste caso seriam preservadas mesmo com a aprovação das emendas.

Embora classificada como parlamentarista, a proposta inscrita por Ferreira Lima é de cunho eminentemente presidencialista. E certo que mantém o regime de gabinete, mas não dá ao primeiro-ministro mais do que os poderes hoje atribuídos à chefia do Gabinete Civil. O presidente, em compensação, terá o poder de iniciativa legislativa e de veto, além de ganhar o direito de escolher livremente o primeiro-ministro se a Câmara rejeitar duas indicações consecutivas. A hipótese de dissolução do Parlamento não existe na proposta do deputado pernambucano.

Frota Neto diz que não pediu demissão

O porta-voz da Presidência da República, jornalista Frota Neto negou, ontem, que tivesse pedido demissão do cargo ao presidente José Sarney ou sequer falado sobre isto. Admitiu, contudo, que queixou-se ao Presidente pelo fato de não haver sido previamente informado sobre sua viagem a Minas Gerais, sendo surpreendido pelos jornalistas. Ele mostrou a Sarney, segundo revelou, que mesmo tratando-se de um tema reservado ele teria, necessariamente, de ser informado, pelo menos, no mesmo momento que os repórteres.

Sarney concordou plenamente com Frota Neto e o porta-voz esqueceu a queixa que no domingo à noite havia encaminhado ao Presidente no Palácio da Alvorada por escrito. Momentos antes, às 9 horas, Frota Neto foi surpreendido com a visita do

ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubem Bayma Denys, no seu gabinete. Ele foi desculpar-se com Frota Neto pelo que considerou "falha do Gabinete Militar", não informando-o sobre a viagem do presidente José Sarney, no sábado passado, à fazenda do governador de Minas, Newton Cardoso, no município de Pitangui, acerca de 150 km de Belo Horizonte.

— Vim aqui trazer minhas desculpas — foi logo dizendo ao entrar na sala do porta-voz, o general Denys — a viagem a Minas Gerais era muito sigilosa, mas reconheço que houve falha nossa.

Minutos depois, Frota Neto, sem revelar o teor da conversa que teve com o general, nem explicando a frase que disse ao despedir-se — "general, continuo mantendo minha posição".

Dividido, PFL reúne executiva

A executiva do PFL reúne-se hoje, à tarde, para marcar a data da convenção que definirá a posição do partido em relação ao mandato do presidente José Sarney, ao sistema de governo e à Aliança Democrática, que a maioria dos parlamentares considera extinta na realidade.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), disse ontem que não aceita a proposta do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), para um sistema misto. "Ou o presidente José Sarney tem condições de exercer o poder na íntegra ou não tem", comentou.

CORRENTES

O PFL está dividido em várias correntes. Os mais ligados ao ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, querem a realização de eleições diretas no final de 89 e não em novembro do próximo ano. A alegação desse grupo é de que

de imediato os governadores ainda terão muita influência, mas em 89 estarão muito desgastados e o candidato do PMDB será prejudicado.

Esse grupo acredita que o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), terá condições de estruturar o partido para disputar, com possibilidades, as eleições municipais do próximo ano e, em consequência, dar suporte ao candidato partidário à Presidência da República. O candidato do grupo é o ministro Aureliano Chaves, que tem enfatizado o risco do PFL romper com o presidente José Sarney neste momento de graves dificuldades.

A outra corrente mais importante, considerada a mais forte no PFL, quer o rompimento ostensivo da Aliança Democrática, com eleições gerais em todos os níveis o mais cedo possível, conforme proposta apresentada pela deputada Sandra Cavalcanti (RJ). O de-

putado Mauricio Campos (MG), vice-presidente do PFL, é dos críticos mais veementes ao PMDB.

Ele acha que nas últimas eleições houve "um estelionato eleitoral" do PMDB, que se valeu do Plano Cruzado. Hoje, conhecida a fraude do Cruzado, os resultados eleitorais seriam diferentes.

PRESIDENCIALISMO

O líder José Lourenço reuniu, ontem à tarde, os vice-líderes do PFL para antecipar-lhes o discurso que o presidente José Sarney faria, às 20h30, pela TV. Lourenço enfatizou que o PFL não aceita o sistema misto, um presidencialismo com primeiro-ministro e sem dissolução do Congresso, acertado pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, com relatores das subcomissões. Ulysses Guimarães, com relatores das subcomissões.

PDS quer eleições gerais já

O líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral Netto (RJ), afirmou ontem que 80 por cento de sua bancada estão a favor das eleições diretas em todos os níveis assim que for promulgada a nova Constituição. Dos parlamentares do PDS já consultados, apenas os senadores Jarbas Passarinho (PA) e Virgílio Távora (CE) e o deputado Delfim Netto (SP) manifestaram-se favoráveis a seis anos o presidente José Sarney.

A bancada pedessista, que se reúne hoje à tarde, deverá analisar, também, a proposta do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), para que o mandato do presidente José Sarney seja de apenas cinco anos, adotando-se um sistema misto de presidencialismo e parlamentarismo.

Amaral Netto comunica-

rá à bancada ter recebido a informação de que o procurador-geral da República já entregou ao Supremo Tribunal Federal a representação do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a quem o líder pedessista acusou de "desonesto e ladrão". Amaral, que já escolheu como advogados Eurico Resende e Rafael Coutinho, terá 15 dias após a intimação para responder à acusação.

Na sua comunicação, Amaral frisará que pedirá à Mesa da Câmara para que não submeta ao plenário qualquer pedido de licença para processá-lo. Ele faz, ao contrário, questão de poder comparecer ao Supremo Tribunal Federal para reafirmar todas as acusações que fez ao ex-ministro da Fazenda. "Lamentavelmente", afirma, não pode fazê-las da tribu-

na da Câmara porque Funaro evitou o debate.

Estranha o líder pedessista o que o procurador-geral da República tenha conseguido preparar essa representação, a pedido do ex-ministro da Fazenda, em 25 dias, quando está, há mais de oito meses, com um processo em que ele, Amaral, arguiu a inconstitucionalidade dos decretos do Plano Cruzado.

"Em relação ao Plano Cruzado, que tantos males causou ao País, o procurador não tem tempo. E lento na defesa dos interesses do povo, mas rápido quando se trata de ser gentil para com um ministro. Como ele vai passar, agora, um mês na Europa, espero que possa, antes do final de julho, pronunciar-se sobre a inconstitucionalidade do Cruzado", disse Amaral Netto.

Pedetista acusa Sarney de jogar com a crise

"Esta crise que a cada momento se agrava é decorrente da vontade pessoal do presidente Sarney", acusou ontem, da tribuna da Câmara, o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT. "Quem sabe, para restabelecer o regime militar no Brasil...", emendou, num pronunciamento que teve o cuidado de anunciar com quase uma hora de antecedência, usando o tempo do seu partido no período destinado a comunicações das lideranças.

"Quis o destino que o sor-

teio para os oradores me permitisse falar hoje (ontem) no grande expediente (última parte das sessões da Câmara), exatamente no dia em que o presidente Sarney reivindica uma cadeira de rádio e televisão para falar à nação", disse Brandão Monteiro, num comercial do seu pronunciamento, adiantando que faria uma análise aprofundada da crise brasileira e aumentando as expectativas ao afirmar que o Governo está entrando "no perigoso terreno da corrupção".

O comercial, contudo, não surtiu efeito, a julgar pelas próprias palavras do deputado Brandão Monteiro, ao chegar à tribuna. Ele lamentou o esvaziamento do Legislativo num momento de profunda crise e num dia em que haveria importante discurso do presidente da República. Depois, parecia reconhecer o que chamou de "algumas conquistas institucionais" da Nova República — a eleição de prefeitos, governadores e da Constituinte — quando na verdade pre-

parava terreno para condenar o Governo por deixar os eleitos "de pires nas mãos", "em condições insustentáveis".

O deputado dava a impressão de estar fazendo uma *avant-première* do que deverá ser o discurso amanhã, dia 20, em rede nacional de rádio e televisão, do presidente do seu partido e candidato potencial à sucessão presidencial, Leonel Brizola. Disse que ninguém conhece a política econômica do Governo, enquanto a inflação

atinge a mais de 20 por cento mensais. "Todos os compromissos políticos da Aliança Democrática foram desrespeitados", acrescentou.

"Já não sabemos se aguentamos os versos do José de Ribamar ou as prosas do José Sarney", afirmou, aludindo à condição de escritor e poeta do Presidente, que lembrou ser o mesmo que, no passado, ainda na Arena e depois no PDS, combateu as propostas de moralização do PMDB e de diretas-já do então de-

Governo já se adapta ao novo sistema

O Governo Federal começará imediatamente a reciclar sua máquina administrativa para adaptá-la ao provável regime parlamentarista a ser implantado no Brasil pela Constituinte. O ponto de partida será o seminário "Presidencialismo e Parlamentarismo", a ser promovido pelo Ministério da Administração, de hoje até quinta-feira, no Auditório Petrônio Portella, do Congresso Nacional, com o aval do presidente José Sarney.

Em entrevista coletiva ontem, o ministro da Administração, Aluizio Alves, admitiu que o Governo não quer ser apanhado de surpresa por um novo regime para o qual não esteja administrativamente preparado, o que criaria o caos e inviabilizaria o próprio sistema vitorioso. Ele já dispõe de pesquisas indicando tendências francamente favoráveis ao parlamentarismo entre os constituintes. Para o seminário virão especialistas de vários países, sobretudo os que viveram a experiência da transformação para o parlamentarismo, como França, Alemanha, Inglaterra, Espanha e Portugal.

LOBBY

Pelo que deu a entender o ministro — parlamentarista convicto, um dos autores da emenda constitucional que visava implantar o parlamentarismo na Constituinte de 1946 —, o seminário não será um fato isolado. Através de portaria, ele criou ontem o Grupo de Estudos de Políticas Públicas-GEPP — diretamente ligado ao seu gabinete, que passará a acompanhar todo o processo de reciclagem da máquina administrativa, prestará assessoria técnica ao Governo para análise, avaliação e formulação de políticas públicas.

A reforma administrativa que vinha sendo tocada desde o início do Governo Sarney destinava-se ao sistema presidencialista. Com a instalação da Constituinte e os primeiros sinais de mudança de regime, a reforma foi retardada e agora passa por uma fase de reavaliação para em seguida retomar o ritmo desejado pelo Governo.

Uma das idéias que já vinham sendo colocadas em prática e que virão a calhar com o parlamentarismo é a criação do novo regime jurídico do servidor público, acompanhado de um novo plano de carreiras que, entre outras coisas, permitirá a formação de quadros técnicos permanentes no Governo, capazes de sobreviverem às alternâncias de poder e garantir a continuidade da ação governamental.

O futuro regime jurídico, semelhante ao estatutário, extinguirá cerca de 80 por cento dos cargos de confiança, que passarão a ser ocupados por servidores do quadro permanente, por critério de merecimento em ascensão funcional. Apenas permanecerão como funções de confiança os cargos superiores, como os de ministros e seus principais auxiliares. A partir de sua implantação, o concurso será critério único de acesso ao serviço público. Experimentalmente, o novo plano de carreira está sendo executado no Ministério da Previdência, onde há 230 mil funcionários em diversas situações trabalhistas.

Para o ministro Aluizio Alves, o presidencialismo é uma fonte permanente de crises, pois admite, por exemplo, que ditadores permaneçam no poder contra a vontade da Nação e das forças políticas, enquanto no parlamentarismo um simples voto de desconfiança gera a queda do gabinete ministerial e do próprio primeiro-ministro. A alegada inexistência de partidos fortes e ideologicamente estruturados para assumir o poder, para Aluizio Alves, não pode ser justificativa contra a mudança de regime, pois o parlamentarismo, pela sua natureza, é "gerador de partidos fortes".

Os debates serão realizados, sugestivamente, no Auditório Petrônio Portella para que os constituintes tenham fácil acesso e participem deles ativamente. O resultado do seminário será entregue à Comissão de Organização dos Poderes como contribuição do Governo.

putado Dante de Oliveira (PMDB-MT), hoje ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Sobre a incursão da Nova República "no perigoso terreno da corrupção", revelou que antes mesmo da denúncia de fraude na concorrência pública para a construção da Ferrovia Norte-Sul, a empresa CR de Almeida já instalava seus barracões no município maranhense de Estreito, numa clara demonstração de que já sabia que lote lhe caberia construir.